A EVOLUÇÃO DO DIREITO EDUCACIONAL BRASILEIRO

LETÍCIA THAINARA JOVANOVICH ALMEIDA

RESUMO:

O objetivo geral desta pesquisa foi traçar um panorama da evolução do Direito Educacional brasileiro, analisando marcos legais, as políticas educacionais e seus impactos ao longo da história. Foi realizada uma revisão sistemática da literatura, envolvendo a análise crítica de textos, documentos oficiais, leis. A pesquisa demonstrou a complexidade do sistema educacional e a importância de um compromisso contínuo com a promoção de uma educação de qualidade e acessível para todos. O estudo foi fundamental para avaliar o progresso, identificar desafios e orientar futuras reformas que contribuam para a construção de um sistema educacional mais justo e igualitário no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Direito Educacional; Evolução; Desafios.

ABSTRACT: The general objective of this research was to provide an overview of the evolution of Brazilian Educational Law, analyzing legal frameworks, educational policies and their impacts throughout history. A systematic review of the literature was carried out, involving the critical analysis of texts, official documents, laws. The research demonstrated the complexity of the educational system and the importance of a continuous commitment to promoting quality and accessible education for all. The study was essential for evaluating progress, identifying challenges and guiding future reforms that contribute to the construction of a fairer and more equal educational system in Brazil.

KEYWORDS: Educational Law; Evolution; Challenges.

INTRODUÇÃO

A evolução do Direito Educacional no Brasil é um tema de grande relevância e complexidade, que merece atenção especial de pesquisadores, profissionais da educação e legisladores. A educação desempenha um papel crucial no desenvolvimento de uma sociedade, na promoção da igualdade de oportunidades e na formação de cidadãos conscientes de seus direitos e responsabilidades. Ao longo de sua história, o Brasil passou por diversas transformações políticas, sociais e culturais que refletiram diretamente nas leis e políticas educacionais do país. Compreender a trajetória do Direito Educacional brasileiro é essencial para analisar como a legislação tem se adaptado às demandas da sociedade e como tem contribuído para a construção do sistema educacional atual.

A pesquisa sobre a evolução do Direito Educacional brasileiro é fundamental para entender como as políticas educacionais foram moldadas ao longo do tempo e

como essas transformações impactaram a educação no país. É importante destacar que o Brasil enfrenta desafios persistentes em relação à qualidade da educação, ao acesso equitativo e à inclusão de grupos historicamente marginalizados. Portanto, a pesquisa nesse campo é crucial para avaliar o progresso e as deficiências do sistema educacional, bem como para identificar oportunidades de melhoria. Além disso, a análise da evolução do Direito Educacional pode fornecer insights valiosos para orientar futuras reformas e aprimoramentos no sistema educacional brasileiro.

O problema central desta pesquisa consiste em investigar: como o Direito Educacional no Brasil evoluiu ao longo das décadas e como as mudanças legislativas impactaram o sistema educacional? Além disso, a pesquisa visa compreender de que forma a legislação brasileira abordou questões cruciais, como a universalização do acesso à educação, a qualidade do ensino, a inclusão de grupos minoritários e a adaptação às mudanças sociais e tecnológicas. Por fim, a pesquisa busca identificar os desafios persistentes que o Direito Educacional brasileiro enfrenta e como esses desafios têm sido enfrentados ao longo do tempo.

O objetivo geral desta pesquisa é traçar um panorama da evolução do Direito Educacional brasileiro, analisando os marcos legais, as políticas educacionais e seus impactos ao longo da história. Pretende-se, assim, proporcionar uma visão abrangente das transformações no campo do Direito Educacional e seu papel na construção do sistema educacional brasileiro atual.

Os objetivos específicos visam analisar os principais marcos legais que moldaram o direito educacional no Brasil e sua influência nas políticas e práticas educacionais, investigar como as mudanças na legislação educacional brasileira abordaram questões como a universalização do acesso à educação, a qualidade do ensino e a inclusão de grupos minoritários e identificar os desafios persistentes enfrentados pelo sistema educacional brasileiro em relação à legislação vigente e avaliar como esses desafios têm sido abordados ao longo do tempo.

Esta pesquisa foi conduzida por meio

de uma abordagem predominantemente bibliográfica. Foi realizada uma revisão sistemática da literatura, envolvendo a análise crítica de textos, documentos oficiais, leis, regulamentos e jurisprudência relacionados ao Direito Educacional brasileiro ao longo das décadas. A análise dos dados coletados será realizada de forma qualitativa, visando a identificação de tendências, mudanças significativas e desafios persistentes.

Essa pesquisa visa lançar luz sobre a evolução do Direito Educacional no Brasil, sua relação com as políticas educacionais e os desafios que ainda persistem no sistema educacional do país.

A história da educação no Brasil

A história da educação no Brasil é um relato complexo e multifacetado, que perpassa diversos períodos e influências culturais. Desde os tempos coloniais até os dias atuais, a educação no país passou por transformações significativas que refletem a evolução da sociedade e das políticas educacionais.

De acordo com Saviani (2021) no período colonial, a educação era predominantemente voltada para a catequese e a formação de clérigos. As primeiras instituições educacionais foram as escolas jesuítas, que desempenharam um papel central na formação religiosa e cultural dos povos nativos. A educação formal estava restrita a uma minoria, com acesso limitado a leitura e escrita.

Com a chegada da Família Real Portuguesa em 1808, durante o período do Brasil Colônia, houve uma abertura para a modernização da educação. A criação da Escola Real, a posterior fundação da Imprensa Régia e a abertura de bibliotecas e instituições de ensino superior representaram avanços significativos.

O século XIX foi marcado pela influência das ideias iluministas e pelo processo de independência do Brasil em 1822. Nesse contexto, foram estabelecidos os primeiros sistemas educacionais, com a criação de escolas públicas e o reconhecimento da importância da educação para a formação cidadã.

No entanto, Souza (2019) explica que a democratização da educação ainda era um desafio, e a escravidão persistia como um obstáculo para a inclusão de negros e negras no sistema educacional. A Lei do Ventre Livre, de 1871, representou um avanço, mas a educação de qualidade continuava acessível apenas a uma elite privilegiada.

De acordo com Veiga et al. (2018) a República, proclamada em 1889, trouxe mudanças na estrutura educacional, com a laicização do ensino e a criação de escolas públicas. A Reforma Francisco Campos, em 1931, consolidou o sistema educacional e estabeleceu a gratuidade do ensino primário. A década de 1960 marcou um período de expansão do ensino superior e a criação de universidades públicas. No entanto, o regime militar, que governou o país de 1964 a 1985, também trouxe censura e repressão nas instituições de ensino.

Após a redemocratização, a Constituição de 1988 reconheceu a educação como um direito fundamental e estabeleceu a obrigatoriedade do ensino fundamental. O Plano Nacional de Educação (PNE), em 2014, traçou metas para a expansão do ensino e a melhoria da qualidade. No entanto, o Brasil ainda enfrenta desafios persistentes, como a desigualdade no acesso à educação, a falta de infraestrutura adequada nas escolas, a formação deficiente de professores e a necessidade de uma educação inclusiva. A história da educação no Brasil é marcada por avanços e retrocessos, refletindo a complexidade dos desafios sociais, culturais e políticos enfrentados ao longo do tempo (ROMANELLI, 2022).

O caminho percorrido até aqui revela a importância de se compreender a história da educação no Brasil para enfrentar os desafios atuais e construir um sistema educacional mais equitativo e de qualidade. A educação continua a ser um pilar fundamental no desenvolvimento do país e na promoção da cidadania, e sua evolução ao longo da história é um testemunho do constante esforço em direção a uma sociedade mais justa e igualitária.

O direito educacional no Brasil

O Direito Educacional no Brasil é um campo que se desenvolveu ao longo de décadas, moldado por uma série de marcos legais que tiveram profundo impacto nas políticas e práticas educacionais do país. A história dessa evolução reflete a complexidade e os desafios enfrentados pelo sistema educacional brasileiro, bem como as tentativas de melhorá-lo e torná-lo mais inclusivo e equitativo.

Um dos principais marcos na história do Direito Educacional brasileiro é a Constituição Federal de 1988. Essa Constituição estabeleceu a educação como um direito fundamental de todos os cidadãos e determinou a criação de um sistema educacional que promovesse a igualdade de oportunidades. Ela também definiu a

responsabilidade compartilhada entre a União, os estados e os municípios na oferta da educação, o que influenciou diretamente na descentralização do sistema educacional e na elaboração de políticas educacionais mais adequadas às necessidades locais (RODRIGUES, 2020).

Outro marco importante foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996. Essa legislação estabeleceu as diretrizes para a organização do sistema educacional brasileiro, incluindo a definição de currículos, a formação de professores e a gestão escolar. A LDB também introduziu a ideia de avaliação educacional como um instrumento para a melhoria da qualidade do ensino, contribuindo para a criação de sistemas de avaliação e indicadores de desempenho (FRANCO; SCHUTZ, 2020).

Além disso, a LDB de 1996 tratou da questão da inclusão, determinando que as escolas devem garantir o atendimento às necessidades especiais dos alunos, o que influenciou significativamente a criação de políticas de educação inclusiva no Brasil.

No entanto, a história do Direito Educacional no Brasil também é marcada por desafios e contradições. A falta de financiamento adequado, a desigualdade na distribuição de recursos educacionais e as disparidades regionais continuam sendo questões críticas. A Emenda Constitucional 95, aprovada em 2016, limitou os gastos públicos, o que afetou diretamente a área da educação, tornando ainda mais premente o debate sobre a garantia do direito à educação de qualidade (NOVO, 2023).

A trajetória do Direito Educacional no Brasil é, portanto, uma mistura de avanços e retrocessos. Os marcos legais têm desempenhado um papel crucial na definição das políticas e práticas educacionais do país, estabelecendo diretrizes e princípios fundamentais. No entanto, é importante reconhecer que a implementação efetiva dessas políticas ainda é um desafio, principalmente no que se refere à garantia de uma educação de qualidade para todos, independentemente de sua origem social, econômica ou regional (MARINELLI; TAMAOKI,2021).

A evolução do Direito Educacional no Brasil é um reflexo da busca contínua por uma educação mais justa e igualitária. A análise dos marcos legais e sua influência nas políticas e práticas educacionais é essencial para compreender os progressos alcançados e as lacunas que ainda precisam ser preenchidas no sistema educacional brasileiro. Essa análise é um passo fundamental para aprimorar o Direito Educacional e promover uma educação de qualidade e acessível para todos os cidadãos brasileiros.

As mudanças na legislação eduCacional brasileira ao longo de sua história

As mudanças na legislação educacional brasileira ao longo de sua história desempenharam um papel fundamental na abordagem da questão da universalização do acesso à educação. Esse desafio tem sido uma preocupação constante das políticas públicas e dos legisladores, refletindo a busca pelo cumprimento do princípio constitucional que estabelece a educação como um direito fundamental de todos os cidadãos.

A Constituição Federal de 1988 representou um marco significativo nesse processo. Ao estabelecer a educação como um direito de todos e um dever do Estado, ela sinalizou a importância de garantir o acesso universal à educação. Além disso, a Constituição determinou que o ensino fundamental fosse obrigatório e gratuito, consolidando a premissa de que todas as crianças deveriam ter a oportunidade de frequentar a escola (JÚNIOR, 2013).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 também teve um papel relevante na busca pela universalização do acesso à educação. Ela reforçou a obrigatoriedade do ensino fundamental e estabeleceu metas para a expansão da educação infantil e do ensino médio. A LDB reconheceu a importância de estratégias de combate ao analfabetismo e de inclusão de pessoas com deficiência, contribuindo para a ampliação do acesso à educação para grupos historicamente excluídos (RESENDE; SILVA,2016).

Outro avanço importante ocorreu com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), em 2006. Esse fundo, que é alimentado por recursos de diversos entes federativos, desempenhou um papel crucial na promoção da equidade no financiamento da educação, direcionando mais recursos para regiões mais carentes e contribuindo para a redução das desigualdades no acesso à educação (MORGAN et al., 2014).

No entanto, apesar desses avanços, desafios persistentes ainda persistem. A universalização do acesso à educação não significa apenas o acesso físico às escolas, mas também a garantia de uma educação de qualidade. Questões como a qualidade do ensino, a infraestrutura das escolas, a formação de professores e a superação de desigualdades regionais continuam a ser obstáculos a serem superados. Além disso, a recente Emenda Constitucional 95, que limitou os gastos públicos, trouxe preocupações sobre a manutenção e a expansão das políticas de educação. A escassez de recursos financeiros pode representar um desafio para a manutenção e a melhoria das condições de acesso e qualidade da educação no Brasil (QUEIROZ; HOUSOME, 2019).

As mudanças na legislação educacional brasileira ao longo do tempo demonstram um compromisso em relação à universalização do acesso à educação. Desde a Constituição de 1988 até a criação do Fundeb, as leis e políticas educacionais têm refletido a importância de assegurar que to-

dos os cidadãos brasileiros tenham a oportunidade de receber uma educação de qualidade.

No entanto, a efetivação desse princípio continua sendo um desafio complexo, que envolve não apenas o acesso físico às escolas, mas também a garantia de uma educação que promova o pleno desenvolvimento dos estudantes e a redução das desigualdades educacionais. Portanto, o debate sobre as políticas educacionais deve continuar buscando soluções que contribuam efetivamente para a universalização do acesso e a melhoria da qualidade da educação no Brasil.

Os desafios atuais do sistema educacional brasileiro

O sistema educacional brasileiro enfrenta desafios persistentes em relação à legislação vigente, os quais têm sido abordados ao longo do tempo de maneira complexa e muitas vezes insuficiente. A legislação educacional, apesar de avanços significativos, não conseguiu eliminar desigualdades e deficiências que ainda afetam a qualidade e o acesso à educação no país.

Um dos principais desafios é a qualidade do ensino. A legislação vigente estabelece diretrizes e padrões para a educação, mas a implementação efetiva e a fiscalização da qualidade do ensino muitas vezes se mostram deficientes. A falta de recursos, a formação inadequada de professores e a infraestrutura precária de muitas escolas são obstáculos persistentes que afetam a qualidade da educação no Brasil (OLIVEIRA, 2011).

A qualidade da educação também é um direito educacional e é uma peça fundamental no quebra-cabeça da construção de uma sociedade mais justa e desenvolvida. A busca pela qualidade na educação ainda é um desafio que permeia as discussões acadêmicas e políticas no país.

Segundo Souza (2019) o arcabouço jurídico-educacional brasileiro é vasto e complexo. Desde a Constituição Federal de 1988, que reconheceu a educação como um direito de todos e um dever do Estado, até a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), diversas normativas foram implementadas para orientar a oferta e a gestão da educação. No entanto, a efetiva implementação dessas leis muitas vezes esbarra em desafios como a falta de recursos, a burocracia e a desigualdade regional.

De acordo com Campos (2020) a má qualidade do ensino no Brasil é um problema complexo e multifacetado, resultante de uma combinação de fatores históricos, sociais, econômicos e políticos. A desigualdade socioeconômica é um desafio significativo no Brasil. O acesso desigual a recursos educacionais, como escolas bem equipadas, materiais didáticos e professores qualificados, perpetua disparidades no aprendizado entre diferentes grupos sociais.

Muitas escolas brasileiras enfrentam desafios relacionados à infraestrutura inadequada, falta de laboratórios, bibliotecas e espaços adequados para atividades educacionais. Essa precariedade impacta diretamente a qualidade do ambiente de aprendizado. A qualidade do ensino está intrinsecamente ligada à formação e valorização dos professores. No Brasil, há problemas como baixos salários, condições de trabalho inadequadas e falta de programas eficazes de formação continuada, o que afeta diretamente a qualidade do ensino (SÁVIO, 2018).

O sistema de avaliação e os currículos muitas vezes não estão alinhados com as necessidades reais dos estudantes e do mercado de trabalho. Além disso, as avaliações padronizadas podem criar uma cultura de ensino voltada para a preparação para testes, em detrimento do desenvolvimento de habilidades práticas e críticas. O financiamento inadequado da educação é um problema persistente no Brasil. A falta de investimento adequado afeta a contratação de professores qualificados, a melhoria da infraestrutura escolar e a implementação de tecnologias educacionais, entre outros aspectos (SOUZA; PIMENTA, 2018).

Outro desafio diz respeito à inclusão de grupos historicamente marginalizados. Embora a legislação brasileira preveja a inclusão de pessoas com deficiência e grupos étnicos minoritários, a efetiva implementação dessas políticas nem sempre é garantida. A inclusão demanda não apenas ações afirmativas, mas também uma mudança cultural e estrutural no sistema educacional, o que requer tempo e investimento (CAREGNATO et al., 2019).

As disparidades regionais também representam um desafio significativo. O Brasil é um país vasto e diversos, e as desigualdades educacionais entre regiões urbanas e rurais, bem como entre o Norte e o Sul do país, são evidentes. A legislação tem buscado abordar essas disparidades por meio da descentralização do sistema educacional e do direcionamento de recursos para áreas mais carentes. No entanto, ainda há muito a ser feito para garantir que todos os brasileiros, independentemente de sua localização geográfica, tenham acesso a uma educação de qualidade (BROCH; BRESCHILIARE; BARBOSA-RINALDI, 2020).

A recente Emenda Constitucional 95, que limitou os gastos públicos, trouxe um desafio adicional. A restrição de recursos financeiros para a educação levantou preocupações sobre a manutenção e expansão das políticas educacionais. A falta de investimento adequado pode comprometer os avanços

conquistados nas últimas décadas, tornando mais difícil a superação dos desafios existentes (BENEDITO; FILHO, 2020).

Ao longo do tempo, o Brasil tem implementado diversas políticas e programas para enfrentar esses desafios persistentes. Iniciativas como o Plano Nacional de Educação (PNE) estabeleceram metas ambiciosas para a melhoria da educação, incluindo a ampliação do acesso, a valorização dos profissionais da educação e a garantia da qualidade do ensino. No entanto, a efetividade dessas políticas frequentemente depende da vontade política, da alocação de recursos adequados e da capacidade de coordenação entre os diferentes níveis de governo (CAREGNATO.; OLIVEN, 2017).

O sistema educacional brasileiro continua a enfrentar desafios persistentes em relação à legislação vigente. A legislação estabelece diretrizes importantes, mas a implementação efetiva e a superação dos obstáculos exigem um esforço contínuo e compromisso em todos os níveis do governo e da sociedade. A busca por uma educação de qualidade e equitativa no Brasil é um desafio complexo e de longo prazo, que demanda não apenas aprimoramentos na legislação, mas também a mobilização de recursos, a formação de professores e a conscientização da importância da educação para o desenvolvimento do país.

Políticas de inclusão e combate à evasão escolar no Brasil: um desafio contínuo para a educação

A educação é um direito fundamental e, portanto, deve ser acessível a todos, independentemente de diferenças sociais, econômicas, étnicas ou físicas. Nesse contexto, as políticas de inclusão desempenham um papel crucial na promoção da equidade educacional. Além disso, o combate à evasão escolar é uma medida essencial para assegurar que os benefícios da educação alcancem todos os estratos da sociedade. No Brasil, embora tenham sido feitos avanços, a inclusão e o enfrentamento da evasão escolar continuam a ser desafios significativos (SAGRILO et al., 2016).

As políticas de inclusão visam garantir que todos os estudantes, incluindo aqueles com necessidades especiais, tenham acesso igualitário à educação. A inclusão não se trata apenas de colocar alunos em salas de aula regulares, mas também de adaptar o ambiente escolar para atender às diversas necessidades de aprendizado. O Brasil tem avançado nesse aspecto, com leis como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que estabelecem diretrizes para a inclusão de alunos com deficiência no sistema educacional (VIEIRA, 2020).

No entanto, a implementação efetiva dessas políticas ainda enfrenta desafios. A falta de estrutura adequada, a formação deficiente de professores para lidar com a diversidade e a escassez de recursos são obstáculos que prejudicam a eficácia das medidas inclusivas. Além disso, a inclusão deve ir além das questões de deficiência, abrangendo também aspectos socioeconômicos e culturais, para assegurar que todos os estudantes se sintam parte integrante do ambiente educacional (RODRIGUES; PEREIRA, 2022).

O combate à evasão escolar é uma batalha paralela na busca por uma educação mais equitativa. Múltiplos fatores contribuem para a evasão, incluindo questões socioeconômicas, falta de interesse, problemas familiares e a inadequação do sistema educacional às necessidades individuais dos estudantes. Programas como o Bolsa Família e a criação de iniciativas de apoio psicossocial nas escolas representam tentativas do governo brasileiro de enfrentar as raízes da evasão escolar (SAGRILO et al., 2016).

Apesar desses esforços, a evasão ainda persiste em muitas regiões do país. É essencial uma abordagem mais integrada, que envolva não apenas o setor educacional, mas também outras áreas, como assistência social e saúde, reconhecendo que a evasão muitas vezes é resultado de problemas que vão além do ambiente escolar (VIEIRA, 2020).

As políticas de inclusão e o combate à evasão escolar são peças fundamentais para construir um sistema educacional verdadeiramente igualitário no Brasil. É imperativo que as políticas sejam não apenas formuladas, mas implementadas de maneira efetiva, abordando as complexas realidades que os estudantes enfrentam. Somente por meio de esforços contínuos e uma abordagem holística será possível transformar a visão de uma educação inclusiva e acessível em uma realidade para todos os brasileiros (RODRIGUES; PEREIRA, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível constatar a relevância do estudo do Direito Educacional no contexto do sistema educacional brasileiro. A análise detalhada dos principais marcos legais que moldaram o Direito Educacional, bem como sua influência nas políticas e práticas educacionais, permite uma compreensão mais profunda das transformações e dos desafios enfrentados ao longo da história.

Fica evidente que a Constituição Federal de 1988 foi um ponto de inflexão na educação brasileira, ao reconhecer a educação como um direito fundamental de todos os cidadãos e estabelecer diretrizes que visam

à universalização do acesso e à promoção da igualdade. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 também desempenhou um papel crucial na organização do sistema educacional e

na definição de princípios educacionais fundamentais.

No entanto, os desafios persistem. A qualidade do ensino, a inclusão de grupos historicamente marginalizados, as disparidades regionais e a restrição de recursos financeiros representam obstáculos que requerem atenção contínua. A legislação educacional, embora estabeleça diretrizes importantes, depende da implementação efetiva, do financiamento adequado e do compromisso de todos os níveis de governo e da sociedade.

Neste contexto, a pesquisa revela a importância de políticas que visem à melhoria da qualidade do ensino, à promoção da inclusão e à redução das desigualdades no acesso à educação. Além disso, destaca a necessidade de aprimorar a formação de professores, a infraestrutura das escolas e a gestão educacional.

A Emenda Constitucional 95, que limitou os gastos públicos, representa um desafio adicional que requer uma reflexão sobre como garantir a continuidade das políticas educacionais em um cenário de recursos escassos.

A pesquisa demonstrou a complexidade do sistema educacional e a importância de um compromisso contínuo com a promoção de uma educação de qualidade e acessível para todos. O estudo das leis e regulamentos que regem a educação foi fundamental para avaliar o progresso, identificar desafios e orientar futuras reformas que contribuam para a construção de um sistema educacional mais justo e igualitário no Brasil.

REFERÊNCIAS

BENEDITO, Samiles Vasconcelos Cruz; FILHO, Pedro Julio de Castro. A educação básica cearense em época de pandemia de Coronavírus (COVID-19): perspectivas e desafios no cenário educacional brasileiro. Revista Nova Paideia-Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa, v. 2, n. 3, p. 58-71, 2020.

BROCH, Caroline; BRESCHILIARE, Fabiane Castilho Teixeira; BARBOSA-RINALDI, Ieda Parra. A expansão da educação superior no Brasil: notas sobre os desafios do trabalho docente. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), v. 25, p. 257-274, 2020.

CAMPOS, Maria Malta. Avaliação da qualidade na educação infantil: impasses e perspectivas no Brasil. Pesquisa e debate em educação, v. 10, n. 1, p. 891-916, 2020.

CAREGNATO, C. E.; OLIVEN, A. Educação superior e políticas de ação afirmativa no Rio Grande do Sul: desigualdades e equidade. Educar em Revista, Curitiba, n. 64, p. 171-187, abr./jun. 2017.

CAREGNATO, Célia Elizabete et al. Desigualdades encadeadas no sistema educacional brasileiro: estratificações entre os níveis médio e superior da educação. Práxis educativa, v. 14, n. 2, p. 469-486, 2019.

FRANCO, Adriana Marques dos Santos Laia; SCHUTZ, Gabriel Eduardo. Sistema educacional inclusivo constitucional e o atendimento educacional especializado. Saúde em Debate, v. 43, p. 244-255, 2020.

JÚNIOR, César Rota. um estudo sobre a legislação educacional brasileira. Educação, Sociedade & Culturas, n. 38, p. 169-184, 2013.

MARINELLI, Bianca; TAMAOKI, Fabiana. O direito fundamental à educação de crianças e adolescentes no Brasil. Revista de Constitucionalização do Direito Brasileiro, v. 4, n. 2, p. 154-174, 2021.

MORGAN, Dimas Anaximandro da Rocha et al. As políticas públicas no contexto da educação infantil brasileira. Construção psicopedagógica, v. 22, n. 23, p. 51-58, 2014.

NOVO, Benigno Núñez. Direito à educação. Revista Jurídica Portucalense Law Journal, 2023.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Das políticas de governo à política de Estado: reflexões sobre a atual agenda educacional brasileira. Educação & Sociedade, v. 32, p. 323337, 2011.

QUEIROZ, Maria Neuza Almeida; HOUSOME, Yassuko. As disciplinas científicas do ensino básico na legislação educacional brasileira nos anos de 1960 e 1970. Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências (Belo Horizonte), v. 20, 2019.

RESENDE, Tânia de Freitas; SILVA, Gisele Ferreira da. A relação família-escola na legislação educacional brasileira (1988-2014). Ensaio: Avaliação e políticas públicas em educação, v. 24, p. 30-58, 2016.

RODRIGUES, Horácio Wanderlei. Direito Educacional em tempos de pandemia: normas de caráter temporário. Revista Consultor Jurídico–ConJur, v. 23, 2020.

RODRIGUES, Igor; PEREIRA, Denise. Os impactos da política pública de transporte escolar rural nos índices de evasão escolar: Uma revisão sistemática sobre o Programa Caminho da Escola. Encontro Brasileiro de Administração Pública, 2022.

ROMANELLI, Otaíza. História da edu-

cação no Brasil (1930/1973). Editora Vozes, 2022.

SAGRILO, José Cesar. O programa de prevenção e combate à evasão escolar

(PPCEE) como agente de inclusão educacional: uma análise de resultados (20112014). 2016. 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2016.

SAVIANI, Demerval. Aberturas para a história da educação: do debate teóricometodológico no campo da história ao debate sobre a construção do sistema nacional de educação no Brasil. Autores Associados, 2021.

SAVIO, Donatella. “Promover a partir de dentro”: uma abordagem reflexiva e participativa da avaliação de contextos educativos. Pro–Posições. Campinas, v. 29, n. 2, mai./ago. 2018

SOUZA, Sandra Z.; PIMENTA, Claudia O. Avaliação e gestão da educação in-fantil em municípios brasileiros. Educação & Realidade. Porto Alegre, v. 43, n. 4, out./dez. 2018, p. 1277–1300.

SOUZA, Everton Aparecido Moreira. História da educação no Brasil: o elitismo e a exclusão no ensino. Cadernos da Pedagogia, v. 12, n. 23, 2019.

VEIGA, Cynthia Greive et al. História e historiografia da educação no Brasil. Autêntica, 2018.

VIEIRA, Patrícia Alves. O programa bolsa família como inclusão social e seu impacto na evasão escolar: análise da condicionalidade frequência escolar. Estudos IAT, v. 5, n. 3, p. 217-232, 2020.